

Boas intenções!

As águas internacionais ou "alto mar", representam metade da superfície do planeta e, estudos recentes, indicam que a proteção deste território poderia restaurar a saúde dos oceanos com um impacto mínimo na atividade da pesca. O esforço de conservação deve, ainda assim, considerar todas as atividades económicas, incluindo o tráfego marítimo global.

Há precisamente um ano, após mais de duas décadas de negociações, a Organização das Nações Unidas conseguiu um acordo histórico para a proteção da biodiversidade marinha em águas internacionais - o "Tratado do Alto Mar".

Até à data, 88 países, incluindo a União Europeia, a China e os EUA, assinaram o Tratado. Estas assinaturas indicam um compromisso, mas não vinculam os países às suas disposições. A ratificação, no entanto, é um compromisso vinculativo. Para que o Tratado se torne direito internacional, tem de ser assinado e ratificado por, pelo menos, 60 países.

Este acordo, que autoriza a proteção de áreas oceânicas fora das jurisdições



LUME
BRANDO
LUÍS
RODRIGUES
MESTRE
EM ÉTICA
AMBIENTAL

nacionais, é crucial para enfrentar a tripla crise planetária de mudança climática, perda de biodiversidade e poluição, determinante para garantir um oceano mais saudável, resiliente e produtivo, beneficiando as gerações atuais e futuras.

O "alto mar", apesar de parecer algo distante e remoto, é extraordinariamente importante para o equilíbrio dos mares costeiros, para a saúde dos ecossistemas, com impacto nas comunidades piscatórias. Se protegermos eficazmente o alto mar, poderemos manter a resiliência e a robustez dos ecossistemas marinhos e, por conseguinte, os meios de subsistência das pessoas que delas dependem.

Em linhas gerais, o Tratado do Alto Mar cria uma estrutura legal que permitirá designar 30% dos oceanos como área protegida, canalizar mais fundos para a conservação da vida marinha e estabelecer regras sobre o acesso e a utilização dos recursos marinhos. Além disso, o acordo também possibilita regular atividades económicas em águas internacionais para minimizar os seus impactos sobre os

ecossistemas, como a pesca, o tráfego marítimo ou até a mineração em mar profundo, através, por exemplo, de avaliações de impacto ambiental.

Sendo um processo da ONU, não estamos a lidar com um só governo e, chegar a um consenso entre nações com interesses económicos diversos, é um desafio.

Este tratado assume particular importância para a biodiversidade. Segundo estimativas da União Internacional para a Conservação da Natureza, cerca de 10% de todas as espécies marinhas enfrentam o risco de extinção, uma percentagem que poderá chegar aos 90% nos próximos 70 anos se as emissões de gases com efeito de estufa se mantiverem elevadas.

Os Açores podem e devem incitar e contribuir para que Portugal implemente a ratificação do Tratado do Alto Mar. Entre vários projetos o "BlueAzores" é um bom exemplo desse desígnio. O Chile, Palau e as Seicheles são os únicos três países que ratificaram o Tratado. Resta que os restantes países signatários coloquem a proteção dos oceanos no topo das suas listas de prioridades e ratifiquem o tratado nos respetivos parlamentos para que, por fim, passe a ter força de lei. A econo-

mia e segurança alimentar de numerosas nações costeiras dependem do alto mar. Que o mundo traduza a retórica política em ações concretas, para o bem de todos, no mar e no Planeta Terra. ✦

